



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 04

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

REALIZADA

EM 19 DE FEVEREIRO DE 2020

ÍNDICE

_Toc34045404

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
ORDEM DO DIA	11
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA	11
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES	11
3. APROVAÇÃO DE ATAS	
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 22 DE JANEIRO DE 2020	12
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:	
4.1 PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A “EMPREITADA DE REABILITAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA EB1, N.º 2 DE ALCOCHETE – ESCOLA DO VALBOM” – PROC.º I-23/18-CP: - REFORMA DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 8 DE JANEIRO DE 2020	12
4.2 PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A “EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE UTILIZAÇÃO COLETIVA – POLIDESPORTIVO DE ALCOCHETE” – PROC.º I-50/19/CP: CADUCIDADE DE ADJUDICAÇÃO (AUDIÊNCIA PRÉVIA)	13
4.3 ATRIBUIÇÃO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR	15
4.4 ADMISSÃO À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS	16
4.5 5 ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DE UTILIZAÇÃO DO FÓRUM CULTURAL DE ALCOCHETE, À JUVENTUDE SOCIALISTA DE ALCOCHETE	19
5. APOIOS FINANCEIROS	20
6. INFORMAÇÕES	20
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE	22
ENCERRAMENTO	23

Aos dezanove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, na Delegação da Junta de Freguesia de Alcochete na Fonte da Senhora, pelas vinte e uma horas, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes a senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Jorge Manuel Pereira Giro, Estêvão António das Neves Boieiro, Vasco André Marques Pinto e Pedro Miguel Abreu Louro.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, o senhor presidente agradeceu à Junta de Freguesia de Alcochete a cedência do espaço para a realização do atendimento aos munícipes, no período da tarde, bem como, para a realização da presente reunião.

De seguida, informou que os resultados das múltiplas análises efetuadas à água proveniente do novo furo de captação de água na Fonte da Senhora, comprovam a excelente qualidade da água, correspondendo assim às expetativas. Salientou que a água ainda não atingiu a pressão desejada, pelo facto de o furo ainda se encontrar a funcionar com recurso a gerador, porque a EDP ainda não procedeu à execução do ramal de ligação de energia elétrica. Este ramal será executado em vala e por esse motivo, ainda não se avançou com a obra de “Requalificação e repavimentação da rua das Hortas” que compreende a colocação de um novo tapete de alcatrão, criação de lugares de estacionamento e passeios em falta junto ao picadeiro e execução de locais de abrigo para os contentores e ecopontos que serão reposicionados.

Referiu que a requalificação do parque infantil e parque de merendas da Fonte da Senhora compreende a colocação de novos baloiços e piso uniforme emborrachado,

reposição da casa de abrigo para serviço da cantoneira de limpeza, arranjo das árvores existentes e reforço da iluminação pública. Esta requalificação contará com a colaboração da Junta de Freguesia de Alcochete, na colocação de 3 ou 4 aparelhos de exercício físico.

Seguidamente, informou que no passado dia 17 de fevereiro se iniciaram as obras de “Requalificação e repavimentação da estrada do Pinhal do Concelho”, estrada com ligação direta ao Parque Industrial do Passil que ao longo dos tempos tem vindo a assumir, no capítulo empresarial, um papel importantíssimo em função daquilo que tem sido a estratégia do executivo e que está na centralidade das decisões de investimento para o concelho de Alcochete.

Salientou que este parque tem dimensão para crescer e que muito recentemente foi adquirida uma parcela de terreno pela empresa Transgrua, que se encontra a colaborar com o município, no sentido de poder ser sediada neste espaço industrial, uma empresa alemã que certamente albergará uma boa quantidade de postos de trabalho para além de considerar que esta obra irá ajudar na fluidez do tráfego rodoviário.

O senhor vereador Jorge Giro, relativamente ao furo de água da Fonte da Senhora referiu que é uma alegria acrescida este estar a corresponder à expectativa que foi criada, lembrando que o local do mesmo não foi escolhido ao acaso, mas sim de acordo com as cartas hidrográficas existentes na altura da DARH – Tejo, integrado na APA, que indicava que naquele local a água seria de excelente qualidade. Quanto ao ramal de ligação de energia elétrica questionou se havia alguma previsão para a EDP executar o trabalho, sugerindo que o município utilize as boas relações com os diretores da EDP, nomeadamente ao nível regional, no sentido de apressar os trabalhos.

Questionou se já estava resolvido o problema da Estação Elevatória do Alfoz.

Depois, relativamente à resposta enviada ao requerimento entregue pela CDU, sobre a Catedral da Família, informou que a mesma não foi esclarecedora, ficando sem

saber em que situação estava o processo. Salientou que nada tem contra o culto que esta igreja pratica, realçando que o anterior executivo apenas tinha como objetivo, a reposição da normalidade urbanística daquele local.

Seguidamente e com referência ao Aeroporto na Base Aérea n.º 6 e dado a afirmação do senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nunes, na Assembleia da República, de que o quadro legal existente tinha que ser alterado, porque os municípios diretamente afetados ao se pronunciarem contra (bastando apenas um) chumbam a instalação desta infraestrutura, questionou se o município se vai manifestar negativamente à vinda do aeroporto ou se vai esperar que este quadro legal se altere.

Quanto ao Caderno de Encargos entregue pelo município, considera que as mesmas estão longe de ser concretizadas, porque a ANA quer fugir às obrigações dos Estudos de Impacte Ambiental, quanto mais ir além daquilo a que é obrigada.

O senhor presidente, relativamente à execução do ramal por parte da EDP, explicou que no desenrolar do procedimento de adjudicação, o serviço de contratação pública expôs um conjunto de dúvidas muito assertivas e pertinentes, pelo facto de a EDP deter o monopólio do mercado, tendo por isso, havido a necessidade de pedir um parecer jurídico, pelo que, o tempo em que o assunto está do lado da EDP não é assim tão grande. Contudo, já se está a desenvolver os contactos necessários, em função da proximidade havida com os diretores desta empresa, no sentido de apressarem os trabalhos assim que o assunto lhes chegar, até porque, a empreitada de “requalificação e repavimentação da rua das Hortas” carece de urgência de execução, face aos transtornos que causa aos habitantes e transeuntes da Fonte da Senhora, sendo que a sua adjudicação está efetuada e a empresa a aguardar a execução do ramal para avançar com a obra.

Quanto à Catedral da Família referiu que o assunto, do ponto de vista jurídico, não está encerrado em definitivo, dado ser um processo que passa por várias fases. Já passou três instâncias e chegará ao Supremo Tribunal em que será dado o veredito final. Todos os recursos que esta entidade tem colocado, tem perdido para a câmara

municipal. Salientou que nada o move contra a Catedral da Família ou qualquer outra ideologia, seja ela política ou religiosa. Contudo, existem determinadas regras em que os prevaricadores não se podem sobrepor aos cumpridores, parecendo-lhe que esta entidade, ao longo dos anos, foi prevaricando. O processo está a caminhar para a fase final, sendo que, se nada de anormal acontecer, o Supremo Tribunal Administrativo dará razão ao município, tendo em conta que os três recursos que a Catedral Família colocou foram recusados.

Relativamente à Estação Elevatória do Alfoz, informou que recebeu, no passado dia 14 de fevereiro, um *e-mail* por parte da Simarsul, dando conta de um conjunto de problemas que ocorreram no início de dezembro e que se foram prolongando, de uma forma pontual, até ao mês de fevereiro. Estes assentaram, fundamentalmente, na avaria da eletrobomba, por duas vezes em cerca de quinze dias, mas que está numa fase de resolução. Aproveitou para informar, que tal como sugerido na última assembleia municipal, irá ser formada uma equipa para visitar a ETAR. Nesse sentido, serão dadas indicações para que um elemento de cada bancada esteja presente nesta visita, adiantando para o efeito três datas: 18, 20 ou 23 de março.

Seguidamente, referiu considerar de hipócrita o comunicado que a CDU levou a público sobre esta matéria. Apesar de perceber que haja necessidade de fazer oposição, considera contudo, que deverá ser efetuada de uma forma mais assertiva, mais objetiva e mais em prol das pessoas, identificando os problemas e quiçá até apresentando algumas soluções. Salientou que todos sabem dos problemas que o concelho de Alcochete tem e a vila de Alcochete em particular, com múltiplas descargas no rio em vários locais. Possivelmente no tempo em que o senhor vereador Jorge Giro desempenhava funções, houve determinados problemas e que tudo certamente foi feito para os evitar, contudo não conseguiram, dado que as descargas acontecem, nomeadamente, junto à Igreja da Misericórdia e noutros locais e têm a ver com questões muito antigas, designadamente com a passagem por propriedades privadas, onde muitas vezes é difícil descortinar a origem da respetiva descarga, apenas tendo acesso ao produto final que é mau. Aconteceu outrora e provavelmente poderá acontecer no presente, mas isso não é sinónimo de incompetência, nem de falta de profissionalismo, nem tão pouco de zelo. Salientou

que este assunto foi tratado em reunião de câmara, quando foi apresentado de forma séria e transparente pelo senhor vereador Pedro Louro. Nessa altura, afirmou que desconhecia o problema e o senhor vereador Jorge Giro relativizou o assunto, dizendo que a situação acontece variadas vezes de forma esporádica. Com estas declarações ficou na altura tranquilo dada a relativização que era apresentada pelo senhor vereador que compunha o anterior executivo e que naturalmente passou por estes problemas. Acabou no entanto por ficar preocupado, quando o assunto foi apresentado pela segunda vez pelo senhor vereador Pedro Louro.

Relativamente à questão do Aeroporto na Base Aérea n.º 6, nomeadamente, as declarações proferidas pelo senhor Ministro das Infraestruturas, informou, que não ouviu e não leu nada sobre a matéria, sendo a questão para si uma novidade. Informou ainda que só toma decisões sobre os assuntos que conhece de forma sustentada e de questões objetivas, claras e concretas. Saliu que a sua missão é defender, de forma intransigente, os interesses soberanos do município e da população e será nessa postura que estará nos desafios que lhe sejam apresentados, seja do aeroporto, seja de outro assunto qualquer.

Quanto ao Caderno de Encargos referiu que o mesmo foi alvo de um trabalho realizado de forma muito rigorosa, baseado num levantamento exaustivo e com a colaboração e contributos de todos os elementos do executivo. Na altura, o mesmo foi entregue ao senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Nuno Marques e posteriormente ao Secretário de Estado Adjunto das Comunicações e do senhor Ministro das Infraestruturas. Agora, se a ANA está disponível para fazer ou não fazer, é um assunto que não é da competência da câmara municipal. A esta compete zelar pelos interesses da terra e da nossa população e isso será efetuado em relação a este assunto.

O senhor vereador Pedro Louro, relativamente às descargas da Estação Elevatória, referiu que quando no dia 11 de dezembro último alertou para os problemas que estavam a acontecer e esperava que houvesse diligências junto da Simarsul, na tentativa de saber que tipo de descargas tinham sido efetuadas. No entanto, após a intervenção do senhor vereador Jorge Giro, achou que a descarga para o rio até seria

uma coisa natural. Considera que o essencial é saber de quem é a responsabilidade, nomeadamente de quem inverteu a situação, dado que a Simarsul estava inserida no grupo de Águas de Portugal que tinha outra capacidade financeira de investimento, manutenção e de recursos humanos. Neste momento, provavelmente, a Simarsul não tem capacidades técnicas, nem recursos humanos e até de investimento para prestar um bom serviço, que é aquilo que os munícipes de Alcochete esperam, porque estes vêm refletido nas suas faturas de água o valor a pagar a esta entidade. Também entende que se deverá perceber se a situação vai ser constante cada vez que houver uma avaria, questionando por isso, se não há uma bomba para substituir a avariada ou se não há recursos humanos que rapidamente se desloquem ao local. Salientou que a autarquia não tem qualquer responsabilidade no que aconteceu, mas como está no seu território tem que zelar pelo território e chamar a atenção da Simarsul.

O senhor presidente informou que a ocorrência sucedida no princípio de dezembro, se deveu ao disparo do posto de transformação, cuja resolução ficou a cargo do prestador de serviço da manutenção daqueles equipamentos e cerca de quinze dias depois, procederam à limpeza do poço de bombagem que, de acordo com a Simarsul trata-se de uma intervenção no âmbito da manutenção preventiva de curta duração, antecipadamente programada e realizada, com vista à minimização de impactos negativos ao nível do funcionamento dos grupos eletrobomba. Em dezembro último, não tem registo de mais nenhuma descarga e depois das declarações do senhor vereador Jorge Giro, ficou com a sensação que se tratou de uma situação meramente pontual, até porque, não há outra solução quando existe um problema. Os problemas apareceram já depois da segunda quinzena de janeiro, com duas avarias na eletrobomba, uma no dia 18 e outra nos dias 21 ou 22, que entretanto também foram resolvidas em tempo devido. Houve uma obstrução dos grupos eletrobomba, tendo sido necessário proceder à desobstrução e a nova limpeza do poço de bombagem para remover os materiais que inadvertidamente afluíram para a estação elevatória, criando assim um cenário grotesco, tendo havido a oportunidade de ser visto nas fotografias que entretanto levou à sessão da Assembleia Municipal. As informações de que dispõe é que o assunto já está controlado e resolvido, sendo que ainda existe um problema nas eletrobombas que não está totalmente solucionado, mas que não

tem as implicações que teve nos dois ou três casos que ocorreram. Entende que será oportuno, atendendo que a Simarsul estará presente na visita à ETAR, a oportunidade para colocar, a quem de direito, as questões e dúvidas.

Salientou ainda, que ninguém gosta e o executivo em particular, de estar a ver pelos múltiplos túneis que atravessam Alcochete, o desaguamento no rio Tejo. Este tipo de situações, porém (não nos podemos esquecer que hoje temos 19.200 habitantes e há uma década atrás existia praticamente metade deste número), o que contribui de forma decisiva para estes problemas. Considerou ainda, que na política, os políticos no exercício das suas funções, deverão ter, de um modo geral, uma visão mais abrangente, uma visão para a década, fazendo um trabalho que seja sustentável.

Quanto à temática das Águas de Portugal, dado que é algo que faz parte do passado e que não tem a ver com período de gestão do presente executivo, referiu que não iria comentar.

O senhor vereador Pedro Louro referiu que a ETAR foi dimensionada para 40.000 habitantes, considerando assim, ter havido até uma visão pombalista, e que essa foi a razão do litígio existente entre o município e a Simarsul, porque esta estava a cobrar o valor por esse número de habitantes e Alcochete ainda não tem essa população. Considera que o principal problema das ETARS, é o facto de estas não estarem preparadas para receber tudo aquilo que os munícipes erradamente despejam nos esgotos, provocando problemas graves mas bombagens.

O senhor vereador Jorge Giro, relativamente à Estação Elevatória, salientou que quando o assunto foi apresentado, no dia 11 de dezembro, e apenas disse, porque desconhecia a situação da existência de um tubo ladrão, porque se assim não for, se não houver capacidade para bombear os esgotos, eles voltam para trás e saem por um sítio qualquer, como nas tampas de esgotos ou em caso extremo na casa das pessoas, assim como não via analogia entre essas descargas pontuais e a mortalidade das gaivotas. Porém, porque a situação se mantém, no dia 5 de fevereiro, quase 50 dias depois, já entende que existe um estado de alerta, sendo já uma situação reiterada, pelo que se deveria ter feito mais do que aquilo que foi feito,

não estando em causa as avarias, porque estas de um momento para o outro acontecem, não têm hora nem dia marcado.

Mencionou que a ETAR foi concebida para servir 30.000 habitantes (em 2001 o nosso concelho era composto por 12.000 habitantes e em 2011 passou para os 17.500 habitantes), sendo uma ETAR de 3.^a geração. O produto final que é lançado para o rio no emissário a 800 metros da areia, é água tratada em cerca de 90%. Sugeriu que fossem efetuadas mais visitas à ETAR, nomeadamente, pelas escolas, no sentido de terminar com o estigma existente. Quanto ao diferendo existente entre o município e a Simarsul, referiu que quando foi efetuado o Estudo de Viabilidade Económico-Financeiro (EVEF) para o concelho de Alcochete, este preconizava que em 2007 Alcochete tivesse 18.000 habitantes, situação que apenas veio a suceder 13 anos depois, daí o anterior executivo entender que deveria ser pago o justo valor e não estar a pagar por valores estimados em população.

O senhor presidente, em resposta ao senhor vereador Jorge Giro referiu que, relativamente ao Aeroporto na Base Aérea n.º 6, o executivo tomaria a sua posição quando chegar o momento de a tomar, em função do quadro legal. Quanto às descargas efetuadas pela Estação Elevatória mencionou que as mesmas não eram reiteradas, porque entre dezembro e fevereiro se fizeram apenas duas descargas.

Quanto ao diferendo com a Simarsul, referiu não saber quem tem razão, porque até ao dia de hoje, não houve nenhuma resolução, ou decisão que diga que se é a Simarsul ou município quem tem razão. Salientou que o atual executivo deu continuidade àquilo que vinha sendo feito e, assim, conforme vão chegando os recursos por parte do Tribunal de Administrativo de Almada, vão interpondo recurso aos mesmos. Contrariamente ao que o anterior executivo fez, o atual, deu cumprimento à legislação (Decreto-Lei n.º 114/2014 que entretanto só entrou em vigor em maio de 2015) realizando o pagamento por conta, porque se não o fizesse poderia incorrer no pagamento de coimas que poderão ir até €200.000,00 ou até €1.500.000,00 e, assim lesar o município, sendo que este pagamento não tem absolutamente nada a ver com o facto de ter ou não ter razão. Conforme a decisão do Tribunal acerca desta matéria serão efetuados os devidos acertos de conta.

O senhor vereador Vasco Pinto, relativamente às descargas da Estação Elevatória, salientou que quando o assunto foi mencionado na reunião de 11 de dezembro, referiu que a chefe de Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos tinha conhecimento da situação, evidenciando assim, que os serviços municipais não estão à espera que alguém os alerte para estes fazerem o seu trabalho. A explicação dada pela Simarsul comprova que efetivamente existiram apenas 2 incidentes, pelo que, não se pode chamar ao assunto de recorrente, sendo errado fazer crer que são acontecimentos regulares que acontecem todas as semanas. Desta forma, corre-se o risco de estar a entrar no caminho do alarmismo junto dos munícipes, o que não abona a favor de ninguém e principalmente não abona a favor do nosso concelho e do nosso território.

ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €9.000.850,68 (nove milhões, oitocentos e cinquenta euros e sessenta e oito cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente da câmara informou que, entre os dias entre os 05/02/2020 e 18/02/2020, autorizou o pagamento da despesa no montante de €291.827,66 (duzentos e noventa e um mil, oitocentos e vinte e sete euros e sessenta e seis cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 298 ao 463.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação de atas

Ata da reunião ordinária realizada no dia 22 de janeiro de 2020

Página 3, no Período Antes da Ordem do Dia, 2.º parágrafo, 5.ª linha onde se lê: “...Fórum Cultural de Alcochete e onde foram homenageadas um conjunto de pessoas ...”, deve ler-se “...Fórum Cultural de Alcochete e onde foi homenageado um conjunto de pessoas ...”.

O senhor vereador Estêvão Boieiro propôs as seguintes alterações:

Página 11, no 1.º parágrafo, 2.ª linha onde se lê: ...” com ombreiras de pedra e varadim comum ...”, deve ler-se “...com ombreiras de pedra e varandim comum ...”.

Página 11, no 1.º parágrafo, 5.ª linha onde se lê: ...” ao nível do 1.º andar em que o varadim ...”, deve ler-se “...ao nível do 1.º andar em que o varandim ...”.

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade, com as alterações propostas.

Não votou o senhor vereador Jorge Giro, por não ter estado presente, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1 Procedimento de Concurso Público para a “Empreitada de Reabilitação e Ampliação da EB1, n.º 2 de Alcochete – Escola do Valbom” – Proc.º I-23/18-CP: - Reforma das deliberações tomadas em reunião de câmara de 8 de janeiro de 2020

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«A deliberação de autorização da despesa associada aos trabalhos complementares deve ter pressuposta a prévia decisão de cabimentação, considerando que «Cabimento é a reserva de dotação disponível para o processo de despesa que se pretende realizar. O seu registo tem suporte num documento interno, pelo montante dos encargos prováveis e visa assegurar a existência de dotação para a assunção do compromisso, fundamentando a autorização da despesa.» - Ponto “3-Definições” da NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental do SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (no mesmo sentido, estabelece-se na alínea b), do n.º 3, do artigo 52.º da Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 151/2015, que nenhuma despesa pode ser autorizada sem que «disponha de inscrição orçamental no programa e no serviço ou na entidade, tenha cabimento e identifique se os pagamentos se esgotam no ano ou em anos futuros no período previsto para o programa»).

Como assim não sucedeu, impôs-se essa cabimentação, conforme documento anexo (anexo I).

Assim proponho, submeter á aprovação do órgão executivo:

A reforma das deliberações tomadas em reunião de câmara de 08 de janeiro de 2020 (anexo II), nos termos dos n.ºs 2, 4 e 5, do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar os Anexos, como **Doc. 1**.

4.2 Procedimento de Concurso Público para a “Empreitada de Reabilitação de Equipamento de Utilização Coletiva – Polidesportivo de Alcochete” – Proc.º I-50/19/CP: Caducidade de adjudicação (Audiência Prévia)

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

1. «Em 13 de janeiro de 2020, procedeu-se à notificação de adjudicação da empreitada acima identificada às adjudicatárias – URBEHYDRAULIC, Lda. e GASPENA & MARQUES – Construções e Remodelações, Lda. – pelo valor de €724.147,95, com autoliquidação de IVA, concedendo-lhes um prazo de 10 dias para apresentação dos documentos de habilitação;
2. Na mesma data, foi igualmente notificado às adjudicatárias, através da plataforma eletrónica Vortal, para que, no prazo de 10 dias, prestassem a caução prevista nas peças do procedimento, a fim de garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações legais e contratuais, correspondente a 5% do preço contratual, ou seja, no montante de €36.207,40;
3. Tendo a notificação referida no número anterior ocorrido a 13 de janeiro de 2020, o prazo de 10 dias para prestação da caução terminava no dia 27 de janeiro de 2020;
4. Decorrido o mencionado prazo de 10 dias, as adjudicatárias não prestaram a caução exigida;
5. Nos termos do n.º 1, do artigo 91.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), a adjudicação caduca, se por facto que seja imputável ao adjudicatário, o mesmo não prestar a caução no prazo e termos previstos;
6. De acordo com o n.º 2 do mesmo artigo 91.º, caducando a adjudicação pelos motivos indicados, a adjudicação recairá na proposta ordenada em lugar subsequente, se existir;
7. Dispõe ainda o n.º 3, do artigo 91.º que a não prestação de caução pelo adjudicatário deverá ser imediatamente comunicada ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P. (IMPIC);

8. Por outro lado, estabelece a alínea a), do artigo 457.º do CCP que a não prestação de caução constitui contraordenação grave, sendo punível com coima entre €5.000,00 e €30.000,00.

Não tendo sido prestada caução oportunamente, não havendo qualquer indicação de que tal se deveu a motivos alheios às adjudicatárias, existem motivos que justificam a caducidade da adjudicação, nos termos previstos no n.º 1, do artigo 91.º do CCP.

Assim, projetando-se uma decisão de caducidade de adjudicação, determina-se que, previamente a tal decisão, se notifique as adjudicatárias, conforme dispõe o artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, para efeitos de audiência prévia, a fim de que, querendo, se pronunciem por escrito, no prazo de 10 dias, sobre a caducidade da adjudicação, nos termos e fundamentos supra expostos.

Assim proponho, projetando-se uma decisão de caducidade de adjudicação, determina-se que, previamente a tal decisão, submeter á aprovação do órgão executivo, a notificação das adjudicatárias, conforme dispõe o artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo, para efeitos de audiência prévia, a fim de que, querendo, se pronunciem por escrito, no prazo de 10 dias, sobre a caducidade da adjudicação, nos termos e fundamentos supra expostos.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.3 Atribuição de Ação Social Escolar

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«No âmbito do estabelecido pela alínea hh), do n.º 1, do artigo 33.º e pelo ponto 1, do artigo 34.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual,

é competência da Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes.

De acordo com o estabelecido pela legislação em vigor e após a análise de todos os requerimentos e respetiva fundamentação documental, propõe-se a atribuição de Ação Social Escolar no escalão B a 1 aluno do ensino pré-escolar e a 1 aluno do 1.º ciclo do ensino básico. No escalão A a 4 alunos do 1.º ciclo do ensino básico.

Assim sendo, propõe-se que a Câmara Municipal delibere favoravelmente a atribuição de Ação Social Escolar aos alunos identificados, de acordo com a verificação de todos os processos de facto.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.4 Admissão à Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas

Pelo senhor vereador Vasco André Marques Pinto foi apresentada a seguinte proposta:

«A Câmara Municipal de Alcochete pretende levar a efeito a inscrição como associado na Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD). A BAD <<http://www.apbad.pt/default.htm>> foi fundada em 1973, em resultado do esforço dos profissionais portugueses de documentação e informação e tem por objetivos, entre outros: defender os interesses dos associados; fomentar a investigação e a formação; promover o aperfeiçoamento científico, técnico e cultural dos seus associados, defender o direito à Informação na perspetiva de um desenvolvimento integral, entre outros.

A vantagem maior de ser associado da BAD é a troca de experiências e a convivência entre profissionais da área de documentação e informação e áreas afins e constitui uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento, pelo que ser associado da BAD oferece-nos, ainda, as seguintes vantagens:

- 1) Desenvolvimento profissional – Como associado pode inscrever-se em ações de formação contínua (Associação acreditada pela DGERT – Direção-Geral de Emprego e Relações de Trabalho) adquirindo novos conhecimentos ou desenvolvendo competências sobre as mais variadas temáticas por um valor mais baixo. Poderá ainda participar em diversos Encontros, Seminários e Conferências organizados em diferentes locais;
- 2) Apoio à gestão de carreira – através da Bolsa de Emprego ficará a par de novas oportunidades de carreira. Terá também acesso a informação sobre estágios e intercâmbios profissionais;
- 3) Atualização e informação profissional – aceder a documentação sobre a área de informação e documentação através da biblioteca com mais de 2 mil títulos de documentos entre monografias e publicações periódicas. Como Associado terá acesso privilegiado a serviços e recursos de interesse profissional;
- 4) Aperfeiçoamento científico, técnico e cultural – poderá manter-se informado sobre as mais recentes notícias e desenvolvimentos na área de informação e documentação, tendo em vista a plena consciência da sua identidade e ética profissional;
- 5) Participar em comunidades de partilha e grupos de interesse – pertença a uma comunidade de profissionais da área de informação e documentação e participar num dos muitos eventos organizados ao longo do ano, trocando experiências e conhecimentos ou colaborar nas secções e grupos de trabalho.

Os associados usufruem com preço especial de inscrição: congresso nacional; encontros sectoriais; seminários; cursos livres; *workshops*; formação especializada; publicações à venda na BAD; envio gratuito de cadernos BAD (edição em papel). E em acesso gratuito: *webinars*; biblioteca especializada. E ainda outros benefícios resultantes de protocolos estabelecidos com várias entidades, nomeadamente na Cultura: *Booktailors*/Maratonas de Leitura - Consultores Editoriais; Livrarias BABEL (Loja da BNP e Cinemateca) oferece 20% de desconto nas edições da BABEL; Teatro José Lúcio da Silva (Leiria) oferece 20% de desconto nos espetáculos.

Na Documentação Técnica: Instituto Português de Qualidade com 30% de desconto nas Normas da área de Informação e Documentação e 30% de desconto em ações de formação; Biblioteca Nacional de Portugal nas Normas acordadas com a BNP para aquisição de publicações técnicas: duas campanhas de descontos anuais, em fevereiro e setembro, com a duração de um mês cada. Os associados da BAD beneficiam de um desconto de 60% sobre o preço de cada um dos quatro pacotes de publicações técnicas, designadamente: Classificação e indexação; Descrição bibliográfica 1; Descrição bibliográfica 2; Preservação e Conservação (em cada uma das campanhas, estes pacotes poderão sofrer ajustamentos em função dos *stocks* disponíveis e de novas edições). Os associados da BAD beneficiam ainda, durante as campanhas referidas em 1, de um desconto de 40% sobre o preço de capa das publicações técnicas adquiridas fora do pacote e/ou de outras publicações da BNP, desde que a compra perfaça um valor igual ou superior a €25. A compra deve ser efetuada diretamente à BNP (Área de Gestão Editorial) através do *e-mail*: edicoesbn@bnportugal.pt. O levantamento das obras adquiridas deve ser efetuado presencialmente na BNP. No caso da expedição postal acrescem os portes de envio. O benefício é efetuado contra a indicação do nome, número de associado e NIF, para emissão de fatura nominativa.

Saúde e lazer: Centro Talassoterapia da Nazaré com 15% de desconto em todos os serviços e outros descontos para grupos (acima 5 pessoas) sob consulta prévia; Évora Hotel (contatar diretamente o Hotel para conhecer as condições especiais de reservas); Hotel Rural Quinta de Santo António (20% sobre as Tarifas de Balcão e

10% sobre todos os Pacotes Promocionais); Vila Galé Hotéis (5% de desconto em todas as unidades hoteleiras – Portugal e Brasil – acumuláveis com promoções); Confederação Portuguesa do *Yoga* (desconto de 20€ na taxa de inscrição + baixa de 1 escalão no desconto da mensalidade). Os descontos são aplicados também a cônjuges e filhos dependentes e incidem sobre a Tabela de Preços de cada Centro. Os preços das aulas de *yoga* para seniores, crianças dos 6 aos 12 anos e estudantes são consideravelmente mais baixos.

Apoio Jurídico: Manuel José Guerreiro & Associados – Sociedade de Advogados, R.L cujos benefícios (consultoria jurídica) apenas para usufruto da BAD.

Tecnologia: Inforluso, venda e manutenção de equipamentos informáticos (desconto de 10% em serviços até ao valor de €50 inclusive e desconto de 20% em serviços acima do valor de €50 e desconto de 5% em material adquirido na Inforluso).

Deste modo, venho propor que seja autorizada a admissão da Câmara Municipal de Alcochete enquanto associado coletivo da BAD. A admissão tem um custo de €20,00 (vinte euros) de joia de admissão mais €180,00 (cento e oitenta euros) de quota anual. O valor da quota anual pode, facilmente, ser amortizado através dos descontos que a BAD promove em cada formação – valores em média na ordem dos 50% – e em aquisições e/ou ofertas de material para profissionais. O pedido de admissão deverá ser acompanhado pela “Proposta de Admissão de Associado Coletivo” devidamente preenchida que se encontra disponível em <<http://www.apbad.pt/Associados/Associados.htm>> e que segue em anexo.

Neste sentido, submete-se à aprovação a proposta de admissão.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar a Proposta de Admissão, como **Doc. 2**.

4.5 Isenção do pagamento de taxas de utilização do Fórum Cultural de Alcochete, à Juventude Socialista de Alcochete

Pelo senhor vereador Vasco André Marques Pinto foi apresentada a seguinte proposta:

«A Juventude Socialista de Alcochete vai levar a efeito, no próximo dia 24 de fevereiro, no Fórum Cultural de Alcochete, uma sessão de debate subordinada à temática da violência doméstica e da violência no namoro.

Apesar de não estarem previstas isenções no Regulamento Municipal de Taxas aos partidos políticos para utilização do equipamento Fórum Cultural de Alcochete entende-se e, à semelhança de outras utilizações gratuitas concedidas a organizações desta natureza, que a pluralidade e diversidade democráticas são um dos motores das sociedades contemporâneas que devem ser estimulados.

De igual modo, a própria sessão reveste-se de uma temática (violência doméstica no namoro) que, mais do que nunca, está na agenda nacional, pelo que toda e qualquer ação que possa constituir-se como uma mais-valia no combate a este flagelo humano e social, deve naturalmente ser apoiada e incentivada.

Neste sentido, propõe-se a isenção do pagamento das taxas de utilização do Fórum Cultural de Alcochete à Juventude Socialista de Alcochete, no valor estimado de €56,52 (cinquenta e seis euros e cinquenta e dois cêntimos)»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

5. Apoios financeiros

Não foram apresentadas propostas

6. Informações

➤ Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte informação:

- **Minuta da Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Alcochete, realizada em 13 de fevereiro de 2020.**

A Câmara tomou conhecimento.

➤ Pela senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares foram apresentadas as seguintes informações:

1. Denúncia de acordo de colaboração com a Fundação João Gonçalves Júnior no âmbito da implementação da componente de apoio à família

«O Município de Alcochete denunciou o acordo de colaboração celebrado com a fundação, no âmbito da implementação da Componente de Apoio à Família na freguesia de Alcochete, a partir do próximo mês de março.

A Câmara Municipal agradece a imprescindível colaboração da Fundação João Gonçalves Júnior para a implementação e desenvolvimento deste serviço, essencial para apoiar as famílias do concelho de Alcochete.

Mais se informa que a partir do mês de março o serviço de Componente de Apoio à Família será prestado exclusivamente pela Câmara Municipal.»

A Câmara tomou conhecimento.

2. Programa Alcochete Aventura – Passeio Pedestre “Ermida da Barroca D´Alva”

«No âmbito do Programa Alcochete Aventura de 2020, a Câmara Municipal de Alcochete organizou no passado dia 16 de fevereiro o passeio pedestre “Ermida da Barroca D’Alva”.

O Município de Alcochete, através da sua equipa do Setor de Desporto, Juventude e Movimento Associativo, preparou um percurso circular com 9Km ao longo da Herdade da Barroca D’Alva, com paragem obrigatória na Ermida de Santo António da Ussa.

Para recordar, ficará certamente um momento único de exploração do património ambiental da Barroca D’Alva e os momentos de convívio entre os 223 participantes, atingindo um valor *record* de participação em eventos com a marca “Alcochet’Aventura”.

Registamos também com muito agrado a participação de muitas famílias residentes no concelho de Alcochete, tal como a presença de vários participantes oriundos de concelhos vizinhos que connosco interagiram pela primeira vez.

Gostaríamos ainda de manifestar o nosso agradecimento ao Eng.º Samuel Lupi pela autorização e apoio em mais um evento desportivo do Município de Alcochete.»

A Câmara tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Não se registaram intervenções.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 23:00 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Carla Sofia Oliveira, técnica superior, subscrevo e assino.